

O espaço da arquitetura e do urbanismo: uma componente sensível na compreensão das relações sociais da pós-modernidade

Julietta Leite*

Resumo: Quaisquer que sejam as reações que inspiraram o emprego do termo “pós-moderno”, constatamos na arquitetura e no urbanismo do final dos anos 1960 uma clara utilização do termo para designar uma série de novas propostas estéticas em uma crítica oposição ao movimento moderno. No entanto, a acepção de pós-modernidade encontra diferentes significações e sua definição pela simples oposição aos paradigmas do modernismo é bastante polêmica, sobretudo nas ciências sociais. A intenção deste artigo é propor uma reflexão que conjugue esses dois campos de reflexão. Partimos de uma revisão do pensamento e das práticas da arquitetura e do urbanismo enquanto viés de compreensão da sociedade contemporânea onde se identifica uma valorização sensível da componente espacial.

Palavras-chave: Espaço urbano, arquitetura, modernidade, pós-modernidade, tecnologias da informação e da comunicação.

A arquitetura é um exercício permanente de tradução do mundo em mutação.
Philippe Trétiack, *Qu'est-ce que l'architecture aujourd'hui ?*

1. Introdução

Simbolicamente, a passagem do modernismo ao pós-modernismo na arquitetura é marcada pela implosão, em 15 de julho de 1972, do conjunto habitacional Pruitt-Igoe (Jenks, 1977). O projeto, do arquiteto Minoru Yamasaki, foi realizado sob influência dos preceitos estéticos e funcionais do movimento moderno e construído nos anos 1950

* Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pernambuco (Brasil), doutora em Sociologia pela Université Paris Descartes, Sorbonne. E-mail: julietaleite@gmail.com

em Saint Louis, EUA. Em apenas vinte anos de ocupação, o conjunto, que consistia em 33 edifícios idênticos e comportava 2870 unidades habitacionais, foi considerado como inapropriado para morar e demolido. Considerar a destruição de tal obra como marco do fim modernidade indica uma ruptura com o racionalismo, a estética e os ideais deste período. A pós-modernidade se afirma na arquitetura pela liberdade de estilo, pela utilização de elementos do passado, elementos vernaculares, pela metáfora, pelo diálogo com o existente, o cotidiano e o ordinário.

No entanto, uma concepção de pós-modernidade construída a partir da noção de ultrapassagem de um modelo anterior, que pretendia representar o progresso, ou como uma negação a qualquer tipo de ordem ou modelo, é bastante contraditória. Se hoje nos situamos nesse contexto sociocultural e estético dito pós-moderno, é porque aceitamos nele a coexistência de elementos quase opostos como, por exemplo, o retorno de valores arcaicos e o desenvolvimento tecnológico, o localismo e a mobilidade crescentes dos indivíduos, como também a ambigüidade e a complexidade que existem e caracterizam a sociedade contemporânea e os seus espaços de vida.

Este artigo apresenta assim uma reflexão sobre o estado atual de nossa sociedade a partir do seu espaço, como ele é pensado, construído e, sobretudo, sentido e experimentado na pós-modernidade, considerada como um posicionamento epistemológico que nos permite compreender os fenômenos sociais e urbanos atuais, ainda em estado de gestação (Maffesoli, 2005). Mais precisamente, procuramos discutir questões próprias do espaço urbano contemporâneo considerando dois aspectos principais: o papel de outra “sensibilidade” na maneira de compreender a cidade enquanto um espaço social e a contribuição das tecnologias de informação e de comunicação digitais na experiência sócio-espacial da pós-modernidade. Fazemos referência ao pensamento do sociólogo Michel Maffesoli, autor de uma sociologia compreensiva, do cotidiano, para quem o lugar é considerado como um “vetor do estar junto social” e a cidade é um espaço sensível, essencialmente relacional, onde circulam as emoções, os afetos e os símbolos (2003).

Torna-se então necessário considerarmos que a leitura sensível da vida social contemporânea não se inscreve mais na forma de racionalidade baseada num indivíduo-tipo, como categoria sócio-político-econômica. Aquilo que compreendemos por “relações sociais” corresponde às relações que se estruturam em grande parte em torno de manifestações “estéticas” e de práticas afetivas que se estruturam, por exemplo, em torno dos agrupamentos efêmeros, das práticas de comunicação à distância e do consumo. Antes de serem sociais, políticas ou econômicas, as atuais formas de relações sociais revelam um fenômeno cultural.

2. Do moderno ao pós-moderno: o urbanismo em questão

Fazendo uma antologia do Urbanismo, a historiadora Françoise Choay (1965) retraça as origens desse campo do conhecimento no século XIX, período em que as cidades enfrentam novos problemas ligados ao crescimento populacional, suscitando uma reflexão sobre o espaço urbano e o desenvolvimento de novas infra-estruturas. No entanto,

considera-se que o Urbanismo propriamente dito nasce na época das grandes reformas urbanas de Paris e de Barcelona. O seu texto fundador data de 1867, altura em que o catalão Ildefonso Cerdà publica a *Teoría general de l'Urbanización* e utiliza pela primeira vez o termo “urbanização”. É quando o estudo do espaço passa a enunciar as suas pretensões científicas para tornar-se uma disciplina do conhecimento.

Observamos assim que, desde sua origem, a idéia-força do urbanismo foi a planificação: a distribuição otimizada de pessoas, bens e serviços sobre um dado território, em resposta a diversos fatores, entre os quais os mais importantes foram a urbanização massiva, a industrialização e a revolução dos transportes. A maioria das propostas de planeamento urbano elaboradas a partir de então tomam por base modelos hipotéticos de organização do espaço e da sociedade. Para dar alguns exemplos, podemos citar os modelos da *Cidade-Jardim* de Ebenezer Howard (1898), da *Ciudad Lineal* de Arturo Soria (1920) e da *Ville Radieuse* (1930) de Le Corbusier. De um modo geral, tais propostas procuravam, a partir de um modelo único, resolver os novos problemas das cidades, tanto do ponto de vista material como social.

Nos anos 1920-1930 o estilo arquitetônico internacional consolida-se, fazendo uso de novas técnicas construtivas e novos materiais como o aço, o vidro, o concreto e o uso do elevador. Cresce também o debate sobre a estética nas artes plásticas e o futuro das cidades. Nos Congressos Internacionais de Arquitetura e Urbanismo (CIAM) discutem-se e formulam-se os ideais da cidade moderna, apresentados na famosa Carta de Atenas (1933) que tinha como princípios a higienização, a funcionalidade e a *setorização* dos espaços urbanos. Elaborada em termos objetivos, tais teorias e propostas pareciam standardizar as experiências espaço-temporais, reduzindo o espaço das subjetividades. Até a primeira metade do século XX, tal lógica “técnico-científica” predominou nos projetos de planeamento urbano, que pensavam a sociedade partir de um “indivíduo-tipo”, definido pelas suas necessidades como habitar, circular, trabalhar e relaxar.

Tal visão do espaço, progressista, porém redutora, foi fortemente criticada nos anos após a II Guerra Mundial. De um modo geral, as propostas e teorias do urbanismo elaboradas até então não conseguiram fornecer os instrumentos que permitissem resolver, como desejado, os problemas sócio-espaciais. Nos anos 1960, os princípios e as realizações da arquitetura e do urbanismo modernos começam a ser vastamente criticados. Lembremos o manifesto de Janes Jacobs, “Morte e vida das grandes cidades americanas” (1961), e a expressão de Peter Blake “*form follows fiasco*”, retomando a frase de Mies Van der Rohe, professor da Bauhaus, “*form follows function*”. Segundo Blake, a forma pura do modernismo conduziu a um excesso de simplicidade, resultando numa monotonia dos espaços.

Nessa mesma época Robert Venturi, arquiteto americano, publica dois livros que se tornaram emblemáticos da crítica da arquitetura moderna e marcam o início de um pensamento pós-moderno: *Complexidade e Contradição na Arquitetura*, de 1966, e *Aprendendo com Las Vegas*, de 1972. No primeiro livro Venturi argumenta que a complexidade da vida contemporânea não admitia projetos simplificados e que os arquitetos precisavam de voltar-se para projetos multifuncionais. É de Venturi a frase *less is bore*,

endereçada claramente ao *less is more* também de Mies van der Rohe. Já o segundo livro tem como argumento central que os arquitetos poderiam aprender muito com o estudo das paisagens populares e comerciais, mais do que com a perseguição de ideais doutrinários, teóricos e abstratos. Em comum, tanto um livro como o outro defendiam a idéia de que a arquitetura deveria transmitir significado (Rubino, 2003).

Na segunda metade do século XX a reflexão sobre a arquitetura e o urbanismo amplia-se, passa a considerar as variáveis da percepção espacial, retoma a arquitetura como forma de comunicação de uma cultura urbana e de narração de uma memória coletiva (Rossi, 1966). Paralelamente, observa-se a emergência de uma corrente de estudos interdisciplinares sobre a cidade, que agregam outros pontos de vista e de interpretação como, por exemplo, a geografia, a sociologia, a ecologia, que contribuem para a *problematização* e para a definição dos espaços e dos fenômenos urbanos da época¹.

Hoje, a idéia de que o planejamento urbano deve ser tecnologicamente racional e aplicado de um só “golpe” a toda uma cidade é amplamente questionada. Ao invés do desenvolvimento de grandes planos que permitem agir sobre todo o sistema, torna-se preferível pensar e construir a cidade a partir de projetos pontuais, em pequena escala, realizando assim uma “acupuntura urbana”². A nova geração de urbanistas procura resgatar outros valores espaciais como a diversidade, a dimensão histórica e a memória, elementos ligados a cultura urbana da sociedade. O espaço urbano é visto então como espaço de experiências, de circulação de signos e valores de uma coletividade.

3. Paradigmas do espaço urbano contemporâneo

Praticamente um século depois das grandes transformações sócio-espaciais que deram origem às primeiras questões urbanas nos finais do século XIX, os espaços urbanos ganham hoje uma nova configuração e são objeto de uma problemática ampla e complexa. O historiador André Corboz identifica a mutação qualitativa do modo de vida urbano como um dos paradigmas de nossa época, ligado à “cidade-território” enquanto lugar do descontínuo, do heterogêneo, do fragmentado (2001). Os lugares parecem multiplicar-se por particularismos que se revelam tanto por meio da sua estrutura física como da sua componente simbólica, através das diversas formas de experiências e apropriações coletivas do espaço, com as quais as tecnologias de informação e de comunicação têm contribuído bastante. Novos espaços estéticos e funcionais são elaborados para que a cidade possa corresponder às atuais dinâmicas sociais, do ponto de vista cultural, político e econômico. O desenvolvimento da informática de ubiquidade e das tecnologias portáteis é um dos fatores que influenciaram tais transformações sócio-espaciais, dando origem a novas experiências e ampliando as noções de tempo e espaço.

¹ Ver, por exemplo, os trabalhos de Gottmann, Jean (1961), *Megalopolis: The Urbanized Northeastern Seaboard of the United States*; Chombart de Lauwe, Paul-Henri (1965), *Paris. Essais de sociologie 1952-1964*; Lefebvre, Henri (1970), *La Révolution urbaine*.

² Expressão empregada por Jaime Lerner, arquiteto, ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do Paraná (Brasil).

A conexão à Internet sem fio, o GPS e os mapas interativos são exemplos de aplicações de tecnologias digitais presentes no cotidiano e que oferecem novas formas de percepção e apropriação dos espaços urbanos. A conexão à Internet conhecida como *wi-fi* (de *wireless fidelity*) ou *wireless* cobre hoje os espaços públicos da cidade como cafés, praças e jardins, redefinindo as fronteiras e formas de apropriação desses espaços. Já o GPS, cuja aplicação mais comum está nos automóveis, ajuda a construção de outros parâmetros de orientação e de deslocamento, em tempo real, e permite cruzar os dados geográficos com outros tipos de informações contextuais, como, por exemplo, o estado do tráfego. Além do GPS os mapas virtuais consultados na Internet podem combinar indicações gráficas dentro de um sistema interativo que permite a identificação dos lugares a partir de diferentes níveis de informações como, por exemplo, a rede dos transportes públicos.

Uma vez que grande parte do conteúdo da informação e da comunicação digitais está relacionada com o cotidiano e o contexto físico dos indivíduos, o espaço virtual e o espaço urbano parecem entrar em sincronia. Os indivíduos se conectam uns aos outros e às informações presentes no ambiente, essas interações terminam por caracterizar novos tipos de interações sociais que se apóiam na comunicação, cujo conteúdo é um instante, um acontecimento, um lugar. Tal fenômeno é também revelador de um paradoxo: apesar do acelerado desenvolvimento dos meios de informação e de comunicação digitais, existe a necessidade, cada vez maior, de pertencer a um determinado território, de lugares antigos, de urbanidade (Ascher, 1995).

Tal sensação de “urbanidade” é comumente associada ao sentimento de familiaridade, de origem e de memória, tal como descreve Lucio Costa sobre os sítios históricos do Brasil: “Vendo aquela casa, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica feliz, e se lembra de coisas esquecidas, de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós” (1962: 15). Tais elementos e sensações citadas por Costa são fundadores de identidade, refletem a importância e necessidade de espaços de referência, onde se estabelecem relações pertinentes de alteridade e de enraizamento antropológico ou psicológico.

No campo da arquitetura e do urbanismo, as propostas de espaços públicos têm se mostrado no mínimo paradoxais no que se refere à promoção ou ao resgate de signos de identidade nos dias de hoje. Elas exprimem a ambigüidade e a tensão da atualidade, face à globalização e à uniformização dos modos de vida que, por outro lado, levam a valorização e acentuação de valores particulares. As tentativas de um “retorno à urbanidade” incitam a busca pela história dos lugares, a valorização de territórios onde os sujeitos possam se re-apropriar de sua existência, embora às vezes sigam objetivos econômicos e realizem uma *mise en scène* para a promoção do turismo. Outras propostas buscam promover uma apropriação afetiva e coletiva do espaço a partir da construção de ambientes sensorialmente mais ricos e emocionalmente partilhados.

Nesse contexto, torna-se quase impossível reduzir a um denominador comum a polissemia de formas de expressão arquitetônica nos dias de hoje. No entanto, podemos observar alguns traços em comum à maioria das propostas de espaços urbanos,

como a acentuação do lúdico, a exposição da imagem, a “acentuação” do presente que se exprime pela exacerbação do emocional e do sensível (Maffesoli, 1999). Se o atual panorama das metrópoles contemporâneas indica uma perda das antigas *formas identitárias* dos seus espaços, o seu carácter revela-se pela ambigüidade, pela tensão, pela heterogeneidade e pela complexidade que acabam por criar outras *formas de identificação*, mesmo que múltiplas e efêmeras. Faz-se então necessário pensar a cidade hoje a partir do interior dos comportamentos sociais assim como a partir de “lugares de vida”.

Chegamos então a concluir que a atual mutação sócio-espacial das cidades não significou, portanto, a perda do carácter dos seus espaços, mas sim uma alteração dos lugares. Diferentemente do panorama espacial conjecturado por Marc Augé (1992) a partir do não-lugar na “supermodernidade”, constatamos uma transformação qualitativa do lugar, assim como o surgimento de novas “tipologias funcionais” que correspondem às dinâmicas e formas de vida contemporâneas. Lembremos que os espaços classificados por Marc Augé como “não-lugares” são aqueles de passagem, de consumo, de uma ocupação efêmera e transitória, tais como aeroportos, estações de trem, *freeshops*, cadeias de hotéis e centros-comerciais que, segundo o autor, são desprovidos de valores simbólicos e, sobretudo, de interação.

Ainda que possam servir de prova de uma racionalidade mínima (permitida, e não causada pelo desenvolvimento tecnológico), estes espaços tidos como “não-lugares” adquiriram hoje uma memória que lhes é própria. Eles não são lugares apenas transitórios, funcionais e de passagem, eles constituem terrenos de uma experiência vivida, com intensidade e duração; eles exprimem as “vagabundagens pós-modernas” e o inconsciente coletivo das “zonas flutuantes” da cidade (Maffesoli, 1999). Evidentemente, não encontramos neles a excitação sensorial dos espaços da metrópole descritos por Georg Simmel, mas trata-se ainda de lugares de práticas quotidianas, de relações sociais e de comportamentos, mesmo que de maneira transitória e efêmera, que permitem a criação e a partilha de um imaginário coletivo (Secchi, 2006).

Do ponto de vista da experiência sensível, enquanto os projetos espaciais da modernidade se caracterizavam pela prevalência da visão, de uma racionalidade expressa pela perspectiva, pela transparência, por volumes e formas facilmente legíveis, observamos hoje a prevalência de uma sensibilidade mais táctil, gerada pela exploração de texturas e materiais, pela excitação sensorial. As qualidades espaciais de um território, seja ele um bar, um estádio de futebol, um bairro ou uma cidade, associam-se a aspectos sensoriais como o cheiro, a comida, a moda, mas também aos costumes, aos gestos, aos acontecimentos, à linguagem e a tantos outros elementos simbólicos ou materiais que estruturam a nossa relação com os outros, com a coletividade. A *proximidade* ganha importância como consequência do valor atribuído à experiência vivida, às formas de correspondência, de construção de laços entre o ambiente e o mundo social.

Considerando o desenvolvimento da informação e da comunicação digitais, estas agregam-se às infra-estruturas urbanas cotidianas e, de certa maneira, vêm a enriquecer as dimensões do espaço. Tal “potência digital” associa-se às novas tipologias de “não-lugar”, re-encanta a cidade e alimenta a transfiguração de um imaginário urbano difuso.

Uma vez que a informação e a comunicação digitais tomam por principal conteúdo os acontecimentos, fatos, objetos e lugares do dia-a-dia, as práticas sócio-espaciais que emergem do uso de tais tecnologias podem fornecer um retorno à experiência do lugar, conferir-lhe outra significação e criar novas arquiteturas.

Se por um lado a cidade foi “simultaneamente maquinaria e herói da modernidade” (De Certeau, 1990: 144), para a pós-modernidade ela poderia ser sinônimo de complexidade e re-encantamento, como testemunha Maffesoli (2007), terreno de enraizamento e palco de manifestações estéticas. Enquanto a racionalidade do pensamento moderno “desconfiava” de tudo o que se relacionava com o espaço ou com qualquer outra forma de “localismo”, o território torna-se uma estrutura relacional na vida social da nossa época. Ele conjuga mobilidade e estabilidade, experiência dos lugares e dos não-lugares, ele serve de matriz que integra e comunica, concilia a diversidade de imaginários, *sou-vernirs*, crenças e hábitos assim como as tensões vividas no dia-a-dia. Ao considerar a cidade como palco da teatralidade da vida cotidiana, fazemos jus ao *leitmotiv* de Michel Maffesoli: “o lugar faz os laços” (2003).

4. Considerações finais

As profundas mutações que acabamos de comentar marcam de maneira paradigmática a passagem do século XX ao século XXI e manifestam-se na organização dos espaços urbanos e no cotidiano social. O desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação contribuiu para este processo, sendo o “ciberespaço” visto como um símbolo da atual mutação social e de uma reconfiguração espacial indissociáveis uma da outra (Choay, 2006). Os diversos aparelhos comunicantes portáteis e a Internet, por exemplo, contribuíram largamente para a construção de novas maneiras de interação social no espaço. No início, levantou-se a questão de que poderíamos estar construindo uma nova forma de “estar-junto” que eliminaria até a necessidade de estar presente, simultaneamente, num mesmo espaço-tempo. No entanto, o que se observa atualmente é que a cidade continua sendo um lugar de referência e de relações sociais. Os percursos e deslocamentos na cidade nunca foram tão numerosos e, se considerarmos a economia global, as localidades urbanas são ainda fatores relevantes para os investimentos e os negócios. O sociólogo Bruno Marzloff (2006) chega a afirmar que tais tecnologias e a cidade têm hoje uma mobilidade bastante imbricada e conclui que “aqueles que praticam mais a cidade são também aqueles que percorrem mais a Internet”.

As formas de identificação institucionais cedem hoje lugar ao espírito comunitário, às interações simbólicas e informais, porém sólidas (Maffesoli, 2000); observamos uma revalorização do espaço como componente sensível na compreensão das relações sociais da pós-modernidade. Apesar da aparente “invisibilidade” dos fluxos de informação e comunicação digitais, estes têm contribuído para a partilha de emoções e de conteúdos que conferem uma noção de pertencimento a um determinado grupo e acabam por estabelecer uma correspondência entre diferentes dimensões de espacialização: o local e o global, o particular e o universal. Essas características dão origem às múltiplas formas

de “adesão” e de participação onde o paradoxo da reversibilidade e do efêmero culmina na idéia de *enraizamento dinâmico*: “Pertencemos com certeza a um determinado lugar, mas nunca de maneira definitiva” (Maffesoli, 1990: 76).

Tais considerações aplicam-se a uma interpretação da cidade nos dias de hoje, cuja materialidade não pode ser compreendida sem levar em consideração a componente social que lhe é própria. Considerando as formas de expressão espacial da modernidade e da pós-modernidade, cada uma dessas épocas se refere a um momento particular na história da sociedade ocidental. A arquitetura e o urbanismo são assim reflexos ou tradução de princípios não só estéticos, mas de valores, princípios e imaginários.

Referências bibliográficas

- Ascher, F. (1995) *Métapolis ou l'avenir des villes*, Paris: Odile Jacob.
- Augé, M. (1992) *Non-lieux : Introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris: Seuil.
- Bégout, B. (2004) *L'Eblouissement des bords de routes*, Paris: Verticales.
- Certeau (de), M. (1990) *L'Invention du quotidien, 1. Arts de faire*, Paris: Gallimard.
- Choay, F. (1965) *L'Urbanisme, utopies et réalités : une anthologie*, Paris: Seuil.
- Choay, F. (2006) “Patrimoine urbain et cyberspace” in *Pour une anthropologie de l'espace*, Paris: Seuil.
- Corbonz, A. (2001) “L'Urbanisme du XXe siècle” in *Le Territoire comme palimpseste et autres essais*, Paris: Les éditions de l'imprimeur.
- Costa, L. (1962) *Sobre Arquitetura*, Porto Alegre: CEUA.
- Jacobs, J. (1961) *Death and Life of Great American Cities*, New York: Random House and Vintage Books.
- Jenks, C. (1991) *The Language of Postmodern Architecture*, London: Academy Editions.
- Maffesoli, M. (1999) *La Conquête du présent, sociologie de la vie quotidienne*, Paris: Desclée de Brouwer.
- Maffesoli, M. (2000) *Le Temps des tribus : le déclin de l'individualisme dans les sociétés de masse*, Paris: La Table Ronde.
- Maffesoli, M. (2003) *Notes sur la postmodernité – le lieu fait lien*, Paris: Félin.
- Maffesoli, M. (2005) *Éloge de la raison sensible*, Paris: La table ronde.
- Maffesoli, M. (2007) *Le Ré enchantement du monde*, Paris: La Table Ronde.
- Marzloff, B. (2006) “Du web à la ville – les mobilités de l'homme radar”, *Revue Urbanisme*, n.º 348.
- Rossi, A. (1966) *L'Architecture de la ville*, Paris: Folio, 2001.
- Rubino, S. B. (2006) “Quando o pós-modernismo era uma provocação” *Vitruvius*, Resenhas Online, São Paulo, 02.020.
- Secchi, B. (2006) “Villes moyennes et nouvelles formes de métropoles européennes”, *Revue Urbanisme*, n.º 346.
- Venturi, R. (1999) *De l'ambigüité en architecture*, Paris: Dunod.
- Venturi, R., Scott Brown, D. & Izenour, S. (1972) *Learning from Las Vegas*, Cambridge MA: MIT Press.